https://doi.org/10.30681/traos.v10i1.14131

A linguagem em movimento: entre enunciação, sentido e subjetivação

Language in motion: between enunciation, meaning, and subjectivation

Marilda Alves Adão Carvalho[1]
Universidade Estadual de Goiás

Como citar este trabalho:
CARVALHO, M. A. A. A linguagem em movimento: entre enunciação, sentido e subjetivação. **Traços de Linguagem**, v. 10, n. 1, p. 42-52, 2026.

RESUMO: Este artigo, fundamentado nos estudos enunciativos e na Análise do Discurso de linha francesa, desenvolve uma reflexão teórica sobre a constituição do sentido na linguagem a partir do gesto enunciativo, concebido como operador que articula sujeito, ideologia e materialidade linguística. Com base em uma perspectiva discursiva, discute-se a linguagem como prática social historicamente situada, perpassada por relações de poder. A discussão contribui para o debate enunciativo sobre as articulações entre linguagem e línguas, defendendo o reconhecimento da diversidade discursiva como princípio ético e político.
PALAVRAS-CHAVE: Enunciação. Ideologia. Linguagem. Sentido. Sujeito.

ABSTRACT: This article, based on enunciative studies and French Discourse Analysis, develops a theoretical reflection on the constitution of meaning in language based on the enunciative gesture, conceived as an operator that articulates subject, ideology, and linguistic materiality. From a discursive perspective, language is discussed as a historically situated social practice, permeated by power relations. The discussion contributes to the enunciative debate on the articulations between language and languages, defending the recognition of discursive diversity as an ethical and political principle.
KEYWORDS: Enunciation. Ideology. Language. Meaning. Subject.

Introdução

Durante um longo período, os estudos sobre linguagem estiveram ancorados em concepções que a concebiam como um sistema autônomo, operando exclusivamente como um canal neutro de transmissão de mensagens. Enquadrada em uma perspectiva lógico-formal, essa concepção ignorava as dimensões históricas, sociais e ideológicas implicadas no uso da linguagem, sendo essa tratada sob a ótica de um código. Sua complexidade simplificava-se a uma relação mecânica entre emissor e receptor, sem considerar as variações de sentido que emergiam/emergem dos contextos de uso e o papel constitutivo do sujeito no processo de significação.

A partir da segunda metade do século XX, começaram a emergir críticas ao modelo tradicional de linguagem, com o surgimento de abordagens teóricas que passaram a valorizar os contextos concretos de produção dos enunciados. Nesse cenário, correntes como a Análise do Discurso de orientação materialista, a Linguística de Texto e a Semiótica desempenharam papel decisivo, ao defenderem que o sentido não é dado de forma prévia ou fixa, mas resulta de práticas discursivas situadas, atravessadas por memórias sociais, pela materialidade linguística e por disputas de poder.

Esse redirecionamento teórico abriu caminhos profícuos para a compreensão da linguagem em sua tessitura social, deslocando o foco da estrutura para o funcionamento

[1] Doutora em Estudos Linguísticos. Professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás - *Campus* Sudoeste – Quirinópolis. E-mail: mari.carvalho@ueg.br

histórico do enunciado, que passou a ser concebido não como produto isolado de regras formais, mas como gesto de um sujeito atravessado por memórias discursivas, posições ideológicas e condições concretas de produção que o antecedem e o excedem. A partir desse redirecionamento teórico, observa-se uma convergência entre diversas correntes para a valorização do gesto enunciativo como operador fundamental na constituição do sentido.

A produção de sentidos está sempre submetida a formações discursivas que regulam quais enunciados podem ser formulados, por quem e em que circunstâncias. A Linguística de Texto, ao destacar a organização textual e os mecanismos de coerência, evidencia que a significação não se esgota no conteúdo lexical, mas se realiza na interlocução com expectativas sociocomunicativas. Já a Semiótica amplia esse quadro ao incorporar múltiplas formas de significação — como imagens, sons e gestos —, deslocando a linguagem verbal para o interior de um sistema mais abrangente de produção de sentidos (ORLANDI, 2020). O que unifica essas perspectivas é a compreensão da linguagem como prática social situada e atravessada por relações de poder, onde o enunciado é sempre marca de um sujeito em relação.

Compreender a linguagem como prática social implica abandonar a visão tradicional que a reduz a um instrumento neutro ou a um simples depósito de intenções comunicacionais. A fala do sujeito não se manifesta a partir de um controle absoluto sobre o que diz, mas é condicionada por um conjunto de fatores ideológicos e discursivos que delimitam as possibilidades de expressão e compreensão. Esse processo revela que o sujeito não é um agente totalmente soberano na produção do sentido, mas um ponto de interseção entre memórias, normas e disputas que ultrapassam sua vontade individual.

A Análise do Discurso, especialmente em sua vertente francesa de base materialista, destaca que os enunciados são moldados por regularidades discursivas inscritas em contextos históricos concretos. A linguagem deve ser vista como uma materialidade concreta, um campo onde sentidos, identidades e posições sociais são negociados e tensionados. Assim, a atenção desloca-se do sistema linguístico em si para o funcionamento do discurso enquanto prática social marcada por relações de poder, memórias coletivas e formas legitimadas de conhecimento. Nesse cenário, o ato de falar configura-se como uma ação inserida em contextos que o atravessam e o definem.

Nesse campo de reflexão, a Linguística Textual desempenha papel importante ao mostrar que a construção de sentido nos textos requer articulação entre aspectos gramaticais, contextuais e pragmáticos. A coerência de um texto, por exemplo, depende não só de elementos linguisticamente explícitos, mas da ativação de inferências baseadas em experiências sociocognitivas compartilhadas. A Semiótica, por sua vez, ao considerar diversas modalidades expressivas, oferece subsídios para compreender, de modo integrado, os processos de significação, evidenciando que a linguagem atua em diferentes esferas e é condicionada por normas e convenções culturais e sociais. A junção dessas contribuições permite ver a linguagem como fenômeno vinculado a práticas simbólicas complexas que influenciam diretamente a subjetivação e a produção dos sentidos.

Sustentada por esse referencial teórico, esta pesquisa se estrutura, adotando um viés enunciativo-discursivo com a finalidade de investigar, com base no gesto enunciativo, de que forma os sentidos se configuram em diferentes práticas sociais. Busca-se demonstrar que a linguagem não apenas reflete, mas também constitui realidades, identidades e posições sociais, sendo, por isso, elemento fundamental para a compreensão dos processos de produção de sentido no contexto contemporâneo.

1 A construção do sentido a partir do ato enunciativo

A análise acerca da geração do sentido na linguagem exige um deslocamento teórico em relação aos modelos que a reduzem a um código fechado de representação. Em oposição a essas perspectivas estruturalistas que priorizam a materialidade formal do signo, é necessário considerar a linguagem como um processo social e histórico de significação. Bakhtin (2017; 2003) expressa de forma contundente essa mudança de perspectiva ao afirmar que o sentido surge na interação social, e não em palavras isoladas. Essa concepção implica entender que o sentido não reside intrinsecamente na palavra, mas emerge da relação entre interlocutores inseridos em um contexto sociocultural. Dessa forma, a linguagem precisa ser vista como uma instância de mediação simbólica, cuja função não é refletir o mundo, mas participar ativamente da constituição da realidade discursiva.

A partir desse entendimento, a noção de gesto enunciativo, conforme elaborado por Orlandi (2020) permite perceber que a produção do sentido está necessariamente vinculada à posição enunciativa do sujeito. Para a autora, não se trata apenas de dizer algo, mas de fazê-lo a partir de um lugar, o que exige reconhecer que todo enunciado é condicionado por uma formação discursiva específica. O gesto enunciativo, portanto, deve ser interpretado como uma operação simbólica em que se articulam memória, posição ideológica e condições materiais de produção. Assim, o sentido não é dado previamente, mas instaurado no próprio movimento da linguagem, sempre em relação com o que já foi dito e com o que ainda pode ser dito.

Para expandir essa abordagem, é necessário recorrer à Semântica, que investiga os significados/sentidos, e à Linguística Textual, que considera o papel do contexto na produção do sentido. Para tanto, citamos Lyons (1977), para quem o significado não é algo fixo preso ao signo, mas algo que se ativa a partir das redes semânticas em que o uso da linguagem se insere. Nessa mesma linha, Fillmore (1982) mostra que o sentido depende dos “frames” cognitivos, que colocam o significado em contextos culturais e situacionais específicos, revelando sua natureza dinâmica e contextual, enquanto Halliday e Hasan (1976) enfatizam que a coesão textual organiza os vínculos internos do discurso, favorecendo a produção de sentidos inteligíveis. Compreendemos, portanto, que essas contribuições são imprescindíveis para o reconhecimento de que o sentido emerge da articulação entre estruturas linguísticas e condições pragmáticas, configurando-se produto da interação entre forma e contexto.

Essa articulação entre forma e contexto também incide diretamente sobre a constituição do sujeito que está profundamente implicada no processo de construção de sentido, evidenciando a interdependência entre linguagem e subjetividade. Logo, a proposta de Benveniste (2020), segundo a qual é pela linguagem — mais precisamente, pelo ato de enunciação — que o sujeito se constitui, rompe com a concepção de um sujeito pré-constituído e autônomo, ideia essa que conduz ao entendimento de que asubjetividade não é um dado anterior à linguagem, mas um efeito que se produz na e pela enunciação, sempre em relação com o outro e com os modos de dizer. Nessa perspectiva, o sujeito emerge das redes discursivas que atravessam os atos de linguagem, sendo constituído por condições históricas e posições ideológicas que orientam seus modos de significar. A linguagem, portanto, não apenas expressa o sujeito, mas o funda e o inscreve no campo do discurso (BENVENISTE, 2020)

Outro aspecto central na compreensão da produção do sentido é a manifestação da heterogeneidade discursiva. Authier-Revuz (2004, p. 158) observa que “todo enunciado traz, em sua constituição, marcas do outro” — marcas essas que evidenciam que o dizer nunca se constrói de forma plena ou exclusivamente individual. O enunciado

é, antes, atravessado por uma multiplicidade de vozes que se insinuam mesmo quando não estão explicitamente nomeadas. Esse princípio dialógico nos remete a uma concepção de sentido como efeito de redes interdiscursivas, nas quais ressoam memórias, discursos alheios, referências implícitas e gestos de retomada. O gesto enunciativo, sob essa ótica, não se apresenta como voz única ou original, mas como ponto de convergência de tempos, posições e discursos em movimento.

No entrelaçamento dessas relações discursivas, a dimensão ideológica exerce uma função decisiva. Nesse sentido, a reflexão de Pêcheux (1995) é fundamental para compreender que o sentido não se dá de forma neutra ou espontânea, mas está condicionado pelas estruturas ideológicas que delimitam o campo do dizível. Ao destacar que o que pode ser dito só adquire significado em contextos históricos específicos, o autor esclarece como a linguagem se encontra subordinada a dispositivos de poder que regulam e restringem as possibilidades de enunciação.

Essa perspectiva é um convite a pensarmos o sentido como uma construção sempre atravessada por forças sociais e políticas que moldam tanto o que é possível expressarmos quanto as formas pelas quais nos expressamos, bem como nos demonstra que a produção do sentido é um processo regulado por dispositivos sociais estabelecedores de regularidades e de exclusões no âmbito discursivo.

No que tange às regularidades, elas encontram-se estreitamente relacionadas à memória discursiva que, de acordo com Courtine (1981), não é um simples depósito do que já foi dito, mas um agente ativo na significação. A memória discursiva opera no presente, reorganizando sentidos, promovendo continuidade e introduzindo rupturas. Nesse sentido, a historicidade do discurso ultrapassa a simples datação dos enunciados e abarca o modo como sentidos anteriores são reativados, transformados ou silenciados segundo as novas condições de produção.

Para aprofundar essa reflexão sobre os modos de construção do sentido, é possível dialogar também com a Semiótica Discursiva, conforme desenvolvida por Greimas e Courtés (1979), que investigam o funcionamento das relações entre planos de conteúdo e de expressão. Embora situada em outro quadro teórico, essa abordagem contribui para compreender a organização interna do discurso e os processos pelos quais diferentes materialidades simbólicas se articulam na produção dos efeitos comunicativos.

Para os autores, “o sentido não está, portanto, nas coisas, nem nas palavras, mas nas articulações que se estabelecem entre os elementos do sistema” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 111). Tal formulação amplia a compreensão da significação ao concebê-la como resultado de relações estruturadas entre formas e conteúdos. Esse entendimento mostra-se especialmente fecundo no cenário atual, em que os discursos assumem configurações multimodais, articulando texto, imagem e som na produção de efeitos interpretativos.

No cenário contemporâneo, em que as práticas discursivas se tornam cada vez mais marcadas pela articulação entre diferentes linguagens e materialidades, pensar a produção de sentido exige a compreensão de que modo o sujeito se inscreve nesses processos. Tal inscrição não ocorre de forma neutra ou espontânea, mas se dá por meio do gesto enunciativo, entendido como o ponto de articulação entre memória discursiva, posições ideológicas e formações sociais. Como afirma Orlandi (2020), enunciar é ocupar um lugar no discurso, o que implica retomar sentidos já estabilizados e, simultaneamente, reconfigurá-los em novos contextos.

Desse modo, mais do que um simples ato de fala individual, a enunciação pode ser compreendida como um espaço de confronto entre forças discursivas que disputam a produção de sentido. Conforme Pêcheux (2010), o sujeito que enuncia não é origem absoluta do discurso, mas efeito de posições que o antecedem e o atravessam, operando

dentro de limites determinados pelas formações ideológicas que estruturam o campo do dizível. A linguagem, nesse contexto, torna-se arena de embates simbólicos, em que sentidos são estabilizados, tensionados ou deslocados conforme as condições de produção. É sob essa ótica que a análise a seguir se desenvolve, buscando problematizar como a subjetividade se constitui em meio a relações de poder que organizam e regulam o funcionamento do discurso (ORLANDI, 2020; FOUCAULT, 2004).

2 Sujeito, linguagem e dinâmicas de poder: perspectivas discursivas

O campo teórico enunciativo-discursivo, de conformidade com Orlandi (2020), Pêcheux (2010) e Foucault (2004), promove um deslocamento significativo ao romper com a concepção tradicional de sujeito como instância soberana e fundadora do discurso. Nessa perspectiva, o sujeito não é anterior à linguagem, mas forjado nas condições materiais e ideológicas que estruturam o dizer. Ele não é origem, mas efeito — uma posição construída historicamente pelas práticas discursivas que o inscrevem em redes de sentido atravessadas por relações de poder. Orlandi (2020) enfatiza que o sujeito não antecede o discurso, mas se configura a partir dele, sendo moldado por redes simbólicas e condições materiais que extrapolam qualquer controle consciente ou intenção individual. Essa formulação desloca a ideia de subjetividade como algo intrínseco ou natural, revelando-a como uma construção histórica e discursiva. Ao negar a existência de uma essência estável, essa abordagem redefine o lugar do sujeito, não mais no centro da cena, mas como resultado das práticas discursivas que o atravessam, delimitam e significam. Trata-se, portanto, de uma inflexão teórica que descentraliza o sujeito e o reinscreve nas tramas ideológicas da linguagem.

Partindo dessa base teórica, a noção de interpelação formulada por Althusser (2022) torna-se um eixo central para compreender a constituição do sujeito. Ao defender que os indivíduos são convocados a assumir lugares específicos dentro dos aparelhos ideológicos do Estado, esse autor retira o sujeito do centro da consciência autônoma e o inscreve no terreno da ideologia. A afirmação de que "os indivíduos são sempre-alguma-coisa" (ALTHUSSER, 2022, p. 114), bem explicita que a constituição do sujeito não se dá de forma neutra ou voluntária, mas é atravessada por determinações históricas e sociais que operam no interior das formações ideológicas. Essa formulação permite-nos compreender que as posições de sujeito não são escolhas conscientes, mas efeitos de relações de poder que configuram os modos de existência, de fala e de ação possíveis. Assim, o discurso não se limita a representar o sujeito, mas o produz, o interpela e o inscreve em um campo simbólico previamente estruturado, no qual suas possibilidades são reguladas e historicamente condicionadas.

Pêcheux (2010) amplia a compreensão sobre o sujeito ao situá-lo não como origem, mas como produto de um tecido discursivo anterior, marcado por regularidades ideológicas e históricas. Como ele mesmo afirma,

> o sujeito que fala não é o sujeito de enunciação ideal e originário da tradição linguística, mas um sujeito que se inscreve nas formações discursivas, que é efeito delas e que é atravessado por elas, em um processo que não lhe é dado dominar (PÊCHEUX, 2010, p. 56).

O sujeito não fala a partir de si mesmo, mas a partir de lugares que o antecedem e o significam. Toda enunciação carrega rastros de outras, que a sustentam e a limitam, revelando que o dizer é sempre atravessado por memórias e marcas de outros discursos. Ainda assim, esse sujeito não é absolutamente passivo: sua ação emerge justamente nas frestas do discurso, onde é possível desestabilizar o já instituído. É nesses deslocamentos

— por vezes mínimos, mas significativos — que ele pode intervir no curso dos sentidos e abrir possibilidades de reinscrição no simbólico.

Essa tensão entre limitação e ação encontra eco na reflexão de Orlandi (2020), que destaca a materialidade discursiva como o espaço onde memória, ideologia e história se entrelaçam. Para a autora, o sujeito não é um agente de intenções isoladas, mas o efeito dessa trama simbólica que o posiciona e delimita. Essa perspectiva reforça a ideia de subjetivação como processo dinâmico e conflitante, marcado por embates que refletem as disputas mais amplas da sociedade.

De acordo com Foucault (2023), o discurso não pode ser compreendido apenas como instrumento de comunicação, mas como terreno de disputas em que se travam lutas por visibilidade, legitimidade e poder. Ele opera como um dispositivo que não só reproduz normas, mas as constitui, delimitando o que pode ser dito, quem pode falar e sob quais condições. Nesse sentido, quando o autor acima citado afirma que "o discurso é aquilo por que e pelo que se luta" (p.11) deixa evidente o papel estratégico do discurso na configuração das regras que organizam o espaço social. Falar, portanto, é sempre um ato posicionado — não se refere em apenas emitir palavras, mas de ocupar um lugar no jogo das forças que moldam o sentido. É nessa perspectiva que o gesto enunciativo adquire potência analítica, pois permite compreender como os sujeitos se inserem nesse campo de forças, ora reiterando, ora tensionando as normas que os atravessam.

Seguindo essa concepção do discurso como instância que molda posições e regula sentidos, Butler (2019) leva a reflexão a um ponto de inflexão ao propor a noção de performatividade. Com esse conceito, ela desfaz a ideia de identidade como algo estável ou originário, compreendendo-a, ao contrário, como um efeito reiterado da linguagem. Não há, para a autora, um sujeito anterior ao discurso — é o próprio discurso que o produz, por meio da repetição de normas que o posicionam e o reconhecem. A identidade, portanto, não é essência, mas insistência: um fazer-se que se dá na repetição e que, justamente por isso, também pode falhar, se desviar, produzir rupturas (BUTLER, 2019). Tomamos, portanto, essa perspectiva como decisiva, pois ela propicia o deslocamento do olhar à busca por uma verdade do sujeito para os modos como ele se constitui, reinscreve-se e, em certos contextos, resiste. O sujeito, nesse quadro, não é fixo, mas performado — e é nessa performatividade que se abrem possibilidades críticas para repensar as formas de subjetivação.

Nessa mesma perspectiva, Hall (2021) aprofunda a discussão, destacando que as identidades não são entidades estáveis, mas posições ocupadas pelos sujeitos nas tramas do discurso. Essa noção reforça que a identidade não é uma característica fixa, mas algo construído relacionalmente, o que nos faculta compreender e concordar com a ideia, tendo em vista que ela nos remete à identidade como um processo e à constituição do discurso como *locus* privilegiado para a negociação dos sentidos do eu. A posição discursiva é, assim, instável e sujeita a transformações, conferindo ao sujeito uma margem de ação e contestação frente às determinações impostas.

A partir da compreensão da dinâmica das identidades no campo discursivo, Spivak (2010) problematiza a possibilidade de o subalterno se fazer ouvir, evidenciando as estruturas que mantêm certas vozes em silêncio. Sua provocação revela as barreiras impostas pelos espaços discursivos tradicionais, nos quais algumas subjetividades são sistematicamente deslegitimadas. Essa reflexão, segundo nossa compreensão, confronta diretamente os discursos hegemônicos, desafiando-nos a buscar formas de amplificar as vozes historicamente marginalizadas. A constituição do sujeito, portanto, está inseparavelmente ligada à luta por reconhecimento, ao direito de ocupar espaços de fala e à conquista de legitimidade para se expressar.

Essa discussão sobre o silenciamento de sujeitos considerados subalternos encontra ressonância nas reflexões de Bourdieu (2021), ao tratar do capital simbólico como elemento estruturante da autoridade da palavra. Para ele, o valor do que é dito está

menos no conteúdo da enunciação do que na posição social de quem fala. A legitimidade discursiva, portanto, não se distribui igualmente, pois está atravessada por hierarquias sociais que autorizam ou invalidam determinadas vozes. Com isso, compreendemos que o gesto enunciativo é indissociável das relações de poder, revelando como certos sujeitos são impedidos de acessar o espaço público da linguagem em condições equitativas

Complementando esse quadro de considerações, a noção de "lugar de fala", como destacada por Ribeiro (2017), instiga-nos ao reconhecimento de que não falamos a partir de um espaço neutro, mas de posições marcadas por privilégios, exclusões e histórias específicas. Ela afirma que

> lugar de fala não é um privilégio, mas uma responsabilidade. O que está em jogo é a possibilidade de expressar uma experiência a partir da qual se possa falar com autoridade e legitimidade, sem que isso signifique silenciar outras vozes (RIBEIRO, 2017, p. 25).

Essa ideia não apenas evidencia a desigualdade no acesso à palavra, mas nos convoca a assumirmos a dimensão ética e política do enunciar: toda fala é um gesto situado, carregado de implicações que ultrapassam o mero ato comunicativo. Falar é, assim, um posicionamento que expõe pertencimentos, tensões e lutas, e que pode tanto reproduzir quanto desafiar as estruturas de poder que moldam o discurso.

Nesse sentido, a noção de hegemonia em Gramsci (1996) esclarece que essa disputa pelo sentido se desenrola dentro de um campo de forças no qual o consenso nunca é absoluto. A hegemonia, construída pela adesão ativa das classes subalternas, permanece sempre vulnerável a rupturas e questionamentos. Para nós, isso reforça que o gesto enunciativo não se limita à reprodução das normas, mas também se constitui como espaço de resistência e transformação. É na linguagem que os sujeitos podem reconfigurar o social, deslocando sentidos e tensionando as normas estabelecidas.

Considerarmos, portanto, o sujeito como produto das relações discursivas é um caminho fértil para se apreender o processo de construção das identidades, suas limitações e suas potências. Essa apreensão serve como base para a próxima etapa deste trabalho, que se dedicará a examinar a materialidade discursiva em espaços concretos de circulação de sentidos, como a escola, a mídia e as redes digitais.

3 Sentidos em disputa: discurso na escola, na mídia e nas redes

A linguagem, enquanto prática social situada, revela-se em diferentes matizes conforme os contextos em que se insere. Ambientes como a escola, os meios de comunicação e as redes digitais não são apenas espaços de transmissão de informações, mas verdadeiros territórios onde o discurso atua na construção de sentidos que moldam identidades, estabelecem limites simbólicos e regulam as relações entre os sujeitos (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012; FAIRCLOUGH, 2010, 1992). Nesse cenário, o autor destaca que as produções discursivas se organizam em "ordens do discurso" específicas, que definem quem tem voz, quais temas são legítimos e sob quais condições essa fala ocorre. Essa configuração ressalta a natureza política da linguagem, mostrando-a como força ativa na constituição e no controle das práticas sociais.

No que tange à dinâmica de poder e exclusão, sua expressão se concretiza de maneira particularmente intensa no espaço escolar. Bernstein (2010) evidencia que os códigos linguísticos acionados no contexto da sala de aula operam como instrumentos de distinção social, funcionando não apenas na organização da transmissão do conhecimento, mas, sobretudo, como critérios implícitos de valorização e silenciamento. A escola, nesse sentido, está longe de constituir um espaço neutro: ela se apresenta como território de disputas simbólicas, onde determinados modos de dizer — vinculados a grupos socialmente hegemônicos — são legitimados como norma, enquanto as formas de expressão das classes populares são sistematicamente desautorizadas (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Tal cenário não apenas limita o acesso equitativo ao saber,

mas compromete a possibilidade de reconhecimento e pertencimento de sujeitos que não compartilham dos repertórios linguísticos valorizados institucionalmente.

O aprofundamento dessas desigualdades é analisado por Gadotti (2000), que evidencia como a normatização linguística escolar pode converter-se em instrumento de exclusão. Reconhecemos, nesse sentido, que essa padronização impõe dilemas éticos e políticos ao processo educativo, mas também sustentamos que a escola pode se constituir como um espaço de ruptura e reinvenção. Orlandi (2001) ressalta que a enunciação no contexto escolar pode operar como processo de deslocamento simbólico, no qual as multiplicidades linguísticas tornam-se expressão de pertencimento e potência coletiva.

Assim como no ambiente escolar, o discurso assume papel central na mídia, onde sua função estratégica vai muito além da simples transmissão de informações. Os meios de comunicação selecionam e organizam signos, construindo narrativas que não apenas moldam as representações sociais, mas também decidem o que ganha visibilidade e o que é silenciado (HALL, 2017). O autor evidencia que essa seleção não é neutra: alguns sentidos são reforçados enquanto outros são marginalizados, naturalizando desigualdades e produzindo categorias identitárias que se tornam normativas. Nesse processo, os discursos midiáticos operam como mecanismos poderosos de controle social, delimitando os limites do debate público e impondo hierarquias de voz e reconhecimento (HALL, 2017).

Nesse mesmo sentido, Chouliaraki e Fairclough (1999) sublinham que a mídia é um espaço discursivo atravessado por tensões ideológicas, no qual se define quem será ouvido e com quais efeitos. Entendemos, desse modo, que essa estrutura de controle repercute diretamente nas formas de participação dos sujeitos na vida pública, moldando o gesto enunciativo segundo interesses institucionais, políticos e econômicos. Diante disso, a análise crítica da linguagem midiática deve ultrapassar a superfície textual, atentando para os dispositivos de poder que sustentam a construção discursiva.

O avanço das redes sociais digitais transformou profundamente a cena enunciativa, tornando-a mais dinâmica e, ao mesmo tempo, mais desigual. Nas plataformas digitais, a presença discursiva dos sujeitos não se dá de forma neutra ou livre de tensões, pelo contrário, ela é moldada por estruturas algorítmicas, lógicas comerciais e mecanismos de controle que determinam quem pode ser visto, ouvido e legitimado (BOYD, 2014). Por sua vez, Castells (2009, p. 55) observa que "a comunicação é o espaço onde se constrói o poder nas sociedades em rede, e esse poder se manifesta pela capacidade de moldar a mente das pessoas". Nesse sentido, o gesto enunciativo nas redes é permeado por uma tensão constante entre liberdade de expressão e controle informacional, o que exige análises que articulem as dimensões técnicas, políticas e ideológicas que organizam a circulação dos sentidos na contemporaneidade.

Ainda sobre as redes de comunicação, Castells (2012) destaca o quanto elas ampliam a velocidade e a capilaridade dos discursos, sem eliminar as disputas entre dominação e resistência. Para ele, "a sociedade em rede é simultaneamente uma sociedade de vigilância e de insubordinação" (p. 237.) Essa afirmação permite-nos compreender que o ambiente digital não elimina os conflitos sociais, apenas os reinscreve sob novas lógicas, produzindo formas renovadas tanto de controle quanto de resistência. Em vez de um cenário transparente de trocas discursivas, o que se desenha é um campo marcado por tensões estruturais, onde filtros invisíveis, engrenagens técnicas e interesses econômicos atuam na seleção do que emerge ou silencia. Investigar os discursos nesse contexto exige, portanto, um olhar atento às camadas subterrâneas que condicionam a enunciação e influenciam diretamente os sentidos que podem ou não circular (PÊCHEUX, 2009; CASTELLS, 2009; ZUBOFF,2020; PAPACHARISSI, 2010).

Partindo dessa perspectiva crítica sobre a configuração discursiva nas redes digitais, torna-se indispensável ampliar nosso foco para abarcar os múltiplos espaços sociais, onde a linguagem se produz e se transforma em contato vivo com as línguas. A escola, a mídia e as redes digitais são verdadeiros laboratórios linguísticos, em que diferentes línguas, variantes e níveis da língua — da fonética e fonologia à morfologia e sintaxe, sem esquecer a semântica e a semiótica — entram em constante diálogo, tensão e reconfiguração. Nesses contextos, a linguagem revela-se dinâmica, articulando sentidos, identidades e práticas sociais que transcendem o mero uso instrumental da língua.

Essa pluralidade linguística, contemplada pela diversidade de vertentes teóricas do campo linguístico, destaca-se como um território privilegiado para os estudos enunciativos. Assim sendo, é fundamental a compreensão de como regimes de poder incidem sob esses espaços discursivos, regulamentando quem pode falar, em quais línguas e com que efeitos.

Nesse sentido, ao nos debruçarmos sobre os estudos enunciativos, torna-se cada vez mais notório que a linguagem é carregada de ideologia, o que bem demonstra Bourdieu (2019, p. 42), ao advogar que ela é "um instrumento de poder simbólico, no qual se encarnam relações de força que configuram as condições de produção e circulação dos discursos". Essa afirmação possibilita-nos um novo/outro olhar para o funcionamento da linguagem nas práticas sociais concretas — e é com base nesse olhar que o ensino dos componentes linguísticos deve ser conduzido nas aulas de Língua Portuguesa.

Logo, fonética, morfologia, sintaxe e demais campos da análise linguística não podem ser tratados como blocos isolados ou neutros; eles integram redes discursivas atravessadas por relações de poder, disputas de sentidos e processos de subjetivação. Ao reconhecer essa dimensão, tornamo-nos capazes de apreender como os discursos sustentam estruturas, naturalizam hierarquias e, ao mesmo tempo, podem abrir brechas para o deslocamento e a reinvenção dos sentidos historicamente legitimados.

4 Considerações finais

Este percurso investigativo buscou ampliar nosso olhar sobre a constituição do sentido na linguagem, a partir de uma perspectiva enunciativo-discursiva que valoriza a diversidade das formas de dizer e a complexidade das relações de poder que as atravessam. O gesto enunciativo não é um ato inocente, mas um movimento situado, moldado por memórias discursivas, materialidade linguística e ideologias, que definem quem pode falar, em que língua e sob quais condições.

Romper com visões essencialistas do sujeito e da língua é condição para entender a subjetivação como processo contínuo e conflituoso, marcado por normas que impõem limites e por práticas que subvertem e reinventam esses mesmos limites. Nesse cenário, a linguagem não apenas expressa sentidos, mas os disputa, institui lugares de fala e legitima ou silencia vozes.

A escola, os meios de comunicação e as redes digitais, espaços onde o discurso se materializa, revelam-se arenas de conflito simbólico. A escola pode ser mais do que transmissora de normas; deve ser um espaço de insurgência, que reconheça a pluralidade linguística e forme sujeitos críticos. A mídia, ao naturalizar certas visões e ocultar outras, exige leitura crítica para expor seus mecanismos de poder. Já o ambiente digital amplia os discursos, mas também reproduz desigualdades por meio de filtros e controles invisíveis que limitam a circulação de vozes.

Assim, a linguagem se apresenta como um campo de tensões entre dominação e resistência, onde o gesto enunciativo espelha essas disputas e se revela possibilidade de transformação social. Reconhecer essa ambivalência é tarefa ética e política fundamental para construir modos de dizer que promovam justiça, inclusão e respeito à diferença.

Por fim, refletir sobre o ensino da língua portuguesa a partir dessa compreensão implica enxergar seus componentes — fonologia, morfologia, sintaxe, semântica — não como blocos isolados, mas como partes de uma prática discursiva situada, carregada de significados sociais e históricos. Só assim formaremos leitores e falantes capazes de navegar criticamente pelas redes de sentido que atravessam nosso tempo.

Com isso, esta pesquisa reafirma o papel da análise do discurso como instrumento para desvendar as relações entre linguagem, poder e subjetivação, apontando caminhos para práticas discursivas mais justas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.
AUTHIER-REVUZ, Françoise. **Heterogeneidade enunciativa**. Tradução Anna Rachel Machado et al. Campinas: Pontes, 2004.
BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. São Paulo: Pontes, 2020.
BERNSTEIN, Basil. **Class, Codes and Control: Volume IV – The Structuring of Pedagogic Discourse**. London: Routledge, 2010.
BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. Tradução Neli Aparecida Françoso, Leonardo Porto, Samuel Silva. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
BOYD, Danah. **It's complicated: the social lives of networked teens**. New Haven: Yale University Press, 2014.
BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
CASTELLS, Manuel. **Comunicação e poder**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
COURTINE, J.J. **Linguistique et texte**. Paris: Larousse, 1981.
FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.
FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. 2. ed. London: Routledge, 2010.
FAIRCLOUGH, Norman; FAIRCLOUGH, Ruth. **Political discourse analysis: a method for advanced students**. 2. ed. London: Routledge, 2012.
FILLMORE, C. J. **Frame Semantics**. In: THE LINGUISTIC Society of Korea (Ed.). Linguistics in the morning calm. Seoul: Hanshin, 1982, p. 111-138
FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2023.
GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução e organização Francisco Bosco. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.
GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. Tradução José Luiz Fiorin. São Paulo: Cultrix, 1979.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.
HALL, Stuart. **Representação: cultura, mídia e linguagem**. Tradução Regina Célia Popowicz. São Paulo: Edições Loyola, 2017.
HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.
LYONS, John. **Semântica I**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
ORLANDI, Ecléa Bosi. **Discurso e texto: formação e circulação**. São Paulo: Pontes Editores, 2001.
ORLANDI, Eni Pulccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

PAPACHARISSI, Zizi. **A private sphere: democracy in a digital age**. Cambridge: Polity Press, 2010.
PÊCHEUX, M. **O sujeito e o discurso**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso: uma introdução à sua história**. Tradução Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Letramento, 2017.
SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.